

Governo entra na investigação de metanol

Foi emitido alerta nacional após surto de intoxicação

Por Karoline Cavalcante

O Ministério da Saúde emitiu um alerta nacional nesta terça-feira (30) diante do aumento súbito de casos de intoxicação por metanol no estado de São Paulo. Desde o início de setembro, ao menos dez casos foram confirmados, três deles fatais, todos associados ao consumo de bebidas alcoólicas adulteradas.

Em coletiva de imprensa ao lado do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, o titular da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou que profissionais da área de todo o país estão obrigados a notificar imediatamente qualquer suspeita de intoxicação por metanol, mesmo antes da confirmação laboratorial. “Não precisa aguardar o fechamento do diagnóstico para fazer a notificação”, afirmou.

A preocupação das autoridades se deve ao padrão atípico dos casos registrados. Diferentemente de ocorrências anteriores — geralmente associadas à população em situação de vulnerabilidade ou à ingestão de produtos adulterados em postos de combustível — os casos recentes envolvem consumidores que relataram ter ingerido bebidas destiladas como gin, whisky e vodka em festas, bares e outros ambientes sociais.

Sinais

Segundo Padilha, um dos primeiros sinais relatados pelas vítimas é uma dor abdominal com cólica, incomum para quadros típicos de ressaca. Outro sintoma importante é qualquer alteração na visão — desde flashes de luz até perda visual progressiva. Em algumas situações, os efeitos podem demorar até 24 horas para



João Risi/MS

Padilha pediu que notificações não esperem diagnóstico final

se manifestarem, o que dificulta a identificação precoce.

Ao Correio da Manhã, o oftalmologista Leôncio Queiroz Neto, diretor executivo do Instituto Penido Burnier de Campinas explicou que a ingestão de metanol representa uma emergência médica de altíssimo risco. “Quando entra na corrente sanguínea, é transformado em ácido fórmico — substância que diminui a oxigenação das células e é altamente tóxica. A toxicidade, somada à falta de oxigênio, ataca o nervo óptico desencadeando neurite óptica. Caso a doença não receba o tratamento adequado durante a fase inicial ou aguda, causa a perda irreversível da visão”, afirmou. Ele emendou que uma intoxicação sistêmica pode causar sérios danos ao fígado, rim, coração, pâncreas e até alterações na camada externa do cérebro que caracterizam a esclerose múltipla, levando ao óbito.

O tratamento depende da

rapidez no atendimento e da administração de antidotos específicos. Por isso, o governo recomenda que qualquer pessoa que apresente sintomas após o consumo de bebidas alcoólicas procure imediatamente os serviços de emergência e contate centros especializados, como o Disque-Intoxicação da Anvisa (0800 722 6001) ou o Centro de Controle de Intoxicações de São Paulo (0800 771 3733).

PCC

A Polícia Federal já instaurou inquérito para investigar a origem do metanol utilizado na adulteração das bebidas e apura a possível conexão com o Primeiro Comando da Capital (PCC), grupo vinculado ao crime organizado. O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, confirmou que há indícios de distribuição interestadual da substância e que a operação pode estar vinculada a esquemas já identificados em outros

estados, como o Paraná.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), por sua vez, negou que haja qualquer evidência da organização no esquema. “Os inquéritos que estão abertos e que estão chegando a pessoas que estão trabalhando com adulteração nessas destilarias clandestinas são pessoas que não têm relação com o crime organizado, são pessoas que fraudam rotineiramente bebidas”, afirmou o governador à jornalistas.

Investigação

O trabalho de investigação está sendo coordenado com a Polícia Civil de São Paulo (PCSP) e contará com o apoio da Receita Federal, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e dos ministérios da Agricultura e Saúde, que já iniciaram o levantamento de informações para possíveis operações de fiscalização em distribuidoras e pontos de venda.

Sanção de mudança na Ficha Limpa é criticada por MCCE

Por Karoline Cavalcante

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a Lei Complementar nº 219/2025, que altera significativamente a Lei da Ficha Limpa, flexibilizando os prazos de inelegibilidade para políticos condenados. A sanção veio acompanhada de vetos pontuais, que impediram a aplicação retroativa das novas regras e a mudança dos critérios para condenações por abuso de poder político ou econômico.

Ainda assim, as alterações centrais foram mantidas, o que gerou forte reação do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), organização responsável pela concepção original da Lei da Ficha Limpa. A nova norma foi publicada no Diário Oficial da União nesta terça-feira (30), e os vetos ainda serão analisados pelo Congresso Nacional, que pode mantê-los ou derrubá-los.

O governo justificou os vetos com base no princípio da segurança jurídica, argumentando que mudanças que afetem sentenças transitadas em julgado violam a estabilidade institucional. A lei também estabelece um teto de 12 anos para inelegibilidade em caso de múltiplas condenações, além de proibir que fatos relacionados gerem punições distintas. A decisão do presidente seguiu pareceres da Advocacia-Geral da União (AGU) e



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Lula sancionou projeto que flexibiliza Ficha Limpa

do Ministério da Justiça, que consideraram as alterações inconstitucionais e prejudiciais ao combate à corrupção

Inconstitucional?

Em entrevista ao Correio da Manhã, o jurista Márlon Reis, um dos fundadores do MCCE e idealizador da Ficha Limpa, afirmou que os vetos feitos pelo presidente têm caráter apenas simbólico e não alteram o cerne da nova legislação. Segundo ele, a contagem contínua de oito anos do prazo de inelegibilidade, antes aplicada apenas a crimes de menor gravidade, foi estendida a praticamente todos

os tipos de delitos, inclusive os mais graves, como peculato e latrocínio. Para Reis, isso representa um grave retrocesso institucional e jurídico e anunciou que o MCCE protocolará uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em nota oficial, o MCCE criticou especialmente a redução generalizada dos prazos de inelegibilidade e a flexibilização das regras de contagem, que agora se iniciam em momentos diversos — como a condenação por órgão colegiado, a renúncia ao cargo ou a data da eleição relacionada à infração — e não

mais apenas após o cumprimento da pena ou o trânsito em julgado, como previa o modelo anterior. Na prática, isso reduz o tempo de afastamento da vida pública de muitos condenados, que antes podiam ficar inelegíveis por até 15 anos.

“O Movimento lamenta que a lei tenha sido aprovada de modo caótico, driblando regras constitucionais e regimentais, e deturpando o sentido original da Lei da Ficha Limpa, construída com ampla participação popular e apoio de mais de 1,6 milhão de assinaturas”, diz trecho da entidade.

O projeto de lei, de autoria da deputada Dani Cunha (União Brasil-RJ), filha do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, foi aprovado com celeridade nas duas Casas do Congresso. Os defensores da proposta alegaram que os prazos atuais criavam punições excessivas e desproporcionais, muitas vezes aplicadas por decisão de um único juiz, sem uniformidade nos critérios.

Com as novas regras, havia a expectativa de que Eduardo Cunha, inelegível desde 2016, pudesse disputar as eleições de 2026, já que o novo marco contraria os oito anos a partir da cassação do mandato, e não mais do fim do período para o qual ele foi eleito.

No entanto, o veto de Lula à retroatividade bloqueia esse cenário, ao menos temporariamente.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Valter Campanato/Agência Brasil



Paulinho da Força, relator do projeto de anistia

Impasse sobre anistia ameaça jogar tema para 2027

Já há no PL quem defende uma solução alternativa para o impasse que ocorre na discussão entre a anistia e a redução de penas para condenados por golpismo.

A saída seria deixar tudo para 2027, quando haverá a posse de uma nova Câmara e de 2/3 dos integrantes do Senado. Ocorrerá também a posse do presidente a ser eleito no ano anterior.

Quem se diz partidário dessa solução alega que será praticamente impossível encontrar um consenso, já que a esquerda é contra qualquer benefício e a direita bolsonarista não abre mão de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Sem a adesão do PL, caberia ao Centrão tentar aprovar a redução de penas, o que seria politicamente complicado.

Risco do veto

Outro problema seria a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal vetar a concessão de anistia, por considerar que a medida não é aplicável em casos de tentativa de derrubada do Estado de Direito. Alguns ministros do STF anunciaram que tomariam essa posição.

Pressão na toga

A única alternativa seria, então, deixar que o tema seja discutido e avaliado durante a campanha eleitoral do ano que vem, que ganharia assim mais um componente de caráter plebiscitário. Uma vitória da direita teria poder até de pressionar o STF a aceitar a anistia.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Romeu Zema é favorável a uma anistia ampla

Resultado das urnas legitimaria uma solução

A configuração política saída das urnas daria ao Congresso e ao presidente eleitos a legitimidade para aprovar ou negar de vez a decisão de anistiar os condenados pela tentativa de golpe de Estado.

Possíveis candidatos de direita à Presidência, como os governadores Tarcísio de Freitas (São Paulo) e Romeu Zema

(Minas Gerais), já declararam que são favoráveis à anistia.

O problema de apostar no tudo ou nada é que uma redução imediata de penas de alguns dos crimes permitiria, graças à progressão de regime, a libertação da quase todos os condenados pela intentona ocorrida em 8 de janeiro de 2023.

Antecipação

Condenados sem antecedentes e de bom comportamento podem sair do regime fechado depois de cumprirem 1/6 da pena — mesmo os que receberam punição de quase 18 anos terão chance de ir para o semiaberto após três anos presos. Isso seria antecipado com a redução.

156 presos

Até a primeira semana de setembro, havia 112 condenados presos em regime fechado e 44 cumpriam prisão domiciliar. Com a aprovação de penas menores, caberia ao STF redimensionar a punição de todos e avaliar a concessão de progressão de regime.

Temor

Entre bolsonaristas há o temor de desgaste junto a integrantes desse grupo de correligionários mais radical, que promoveu o quebra-quebra de 08/01. Há o risco de a briga pela anistia ser vista como traição, algo apenas para beneficiar Bolsonaro e ex-auxiliares diretos.

Centrão

Há também a expectativa de que o Centrão se alie a setores menos bolsonaristas para aprovar a redução de penas e obter dividendos do eleitor de direita. Mas essa hipótese é tida como remota — o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, não quer briga com Bolsonaro.